

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO COTIDIANO ESCOLAR

Humberta Lucena de Alencastro¹

RESUMO

A Educação Especial é uma modalidade da educação escolar e organiza-se de modo a considerar a prática da educação inclusiva, a fim de cumprir os marcos legais, políticos da educação aos alunos com necessidades educacionais especiais e para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades /superdotação. Esse estudo visa apresentar a dinâmica escolar, situações didáticas, metodologia, vivência e cotidiano dos educandos com deficiência e suas aprendizagens essenciais e específicas as suas peculiaridades, assim como a construção da sua oralidade, criatividade e de acordo com seu nível de conhecimento e suas limitações, considerando fundamental para seu universo. Para que tenhamos uma avaliação justa e qualitativa é necessário proporcionar desafios ao aprendizado do educando adequadas as suas limitações no aspecto Psicomotor, Cognitivo e Afetivo viabilizando um resultado significativo na prática pedagógica. O ritmo cognitivo, a situação didática, as dinâmicas das aulas e espaços de aprendizagens é que devem ser adaptados e adequados as necessidades visuais, motoras, auditivas e intelectuais.

Palavras-chave: Educação, Inclusão, Método, Desafios, Prática.

INTRODUÇÃO

A Educação Especial é uma modalidade da educação escolar e organiza-se de modo a considerar a prática da educação inclusiva, a fim de cumprir os marcos legais, políticos da educação aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Como educadores teremos a oportunidade de observar e perceber o crescimento dos discentes com os acompanhamentos psicopedagógicos e nas salas de recursos compreendendo que a cidadania, respeito mútuo e ético deverá estar presente diariamente na vida do educando através do lúdico, porque brincar e imaginar ainda é a melhor forma de aprender e essa deve ser nossa práxis.

Esse estudo visa apresentar a dinâmica escolar, situações didáticas, metodologias, vivências e cotidiano do educando com deficiência e suas aprendizagens essenciais e específicas as suas peculiaridades, assim como a construção da sua oralidade, criatividade e

¹ Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade de Pernambuco - UPE, Especialista pelo Curso de Psicopedagogia Clínica e Institucional da Fundação de Ensino Superior de Olinda - FUNESO, Graduando do Curso de Teologia da Faculdade de Teologia Integrada - FATIM, Curso de Extensão da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, humbertaeducacao@gmail.com

de acordo com seu nível de conhecimento e suas limitações, considerando fundamental para seu universo.

Busca também observar como tem sido o atendimento nas especificidades físicas, intelectuais, sensoriais e motoras dos alunos com deficiência, os que têm transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, no cotidiano escolar, as adequações dos conteúdos, das metodologias e ações diante da organização curricular do Sistema de Ensino regular no estabelecimento de escolar.

METODOLOGIA

A Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, estar baseada nos princípios de equidade, de direito à dignidade humana de todos os seres humanos, no direito à igualdade de oportunidades educacionais, à liberdade de aprender e de expressar-se, e no direito de ser diferente.

Essa modalidade da educação especial estar apoiada em políticas públicas educacionais para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Realizamos uma pesquisa de campo e observamos o chão da escola e toda prática pedagógica de professores e demais funcionários nas atividades diárias e rotineiras da escola e é através de imagens, vídeos, registros, apresentações, fóruns, reuniões, construção de documentos, palestras com formações específicas que conseguimos crescer e avançar no ano corrente. E, algumas fotografias e vídeos das mais diversificadas ações foram arquivadas, mas não poderão ser apresentadas nesse trabalho, pois os mesmos não têm autorização de exposição e publicações.

É importante enfatizar que é através da psicomotricidade que o educando desenvolve suas habilidades cognitivas, seu potencial de reflexão e de construção do conhecimento, ou seja, é essencial que a ludicidade, as brincadeiras, as fantasias, o imaginário, o movimento corporal e as atividades sensoriais que eles experimentam sejam mais humanitária e inclusiva diante de uma realidade limitada onde a superação e resiliência devem ser primordial em sua vida.

Não podemos deixar de fora o desenvolvimento de suas potencialidades com a leitura, o desenvolvimento da escrita, do cálculo, do conhecimento científico e todas as aprendizagens do ensino regular fazem parte da escola e todos os professores precisam estar absolutamente envolvidos nesse processo de construção de maneira interdisciplinar segundo suas especificidades durante todo o ano letivo usando na prática a socio interatividade alinhada ao conjunto de saberes sociointeracionistas.

DESENVOLVIMENTO

Pensando na legislação no Brasil temos a carta magna, a Constituição Federal de 1988, primeiro referencial que podemos citar que garante a oferta de atendimento educacional especializado aos estudantes com necessidades educacionais especiais, indicando que o mesmo deveria ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino, e estabelece a Educação Especial como modalidade de educação escolar obrigatória e gratuita.

Segundo a Constituição Federal (1988), "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino"; o direito a escolarização será realizada em classes comuns e somado ao atendimento educacional especializado, de maneira, complementar ou suplementar, que deve ser realizado em salas de recursos no contra turno de acordo com as Diretrizes Nacionais de Educação Especial visando um serviço de natureza pedagógica sendo conduzido por professor especializado, oportunizando um avanço as dificuldades dos estudantes.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas – ONU, 1948); bem como na Declaração de Salamanca (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, 1994), A LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996 que define a Educação Especial como uma modalidade de educação, a ser oferecida às pessoas com necessidades educacionais especiais, em todos os níveis e modalidades da educação.

A Resolução nº 02/2001, do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), institui as Diretrizes Nacionais para a Educação de Alunos que Apresentem Necessidades Educacionais na Educação Infantil e Ensino Fundamental, asseguram os serviços de educação especial, mediante avaliação e interação com a família e com a comunidade, tendo a necessidade de atendimento educacional especializado.

Temos a recentemente a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) 2015, que traz uma série de inovações. Esses documentos priorizam o direito das pessoas com deficiência à educação por meio do acesso e da permanência em um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como assegura o aprendizado ao longo de toda a vida. O reconhecimento das diferenças e a conscientização acerca da igualdade e oportunidades de inclusão.

Ao realizar essa pesquisa focamos nas questões da avaliação da aprendizagem dos estudantes com deficiência, é mister que essa avaliação seja justa e qualitativa, para isso, é necessário proporcionar desafios ao aprendizado do educando de acordo com seu interesse e com metodologias adequadas as suas limitações no aspecto Psicomotor, Cognitivo e Afetivo viabilizando um resultado significativo na prática pedagógica.

Segundo Luckesi (1990), a avaliação da aprendizagem escolar deve estar articulada com o Projeto Político Pedagógico da escola assim como no desenvolvimento dos demais projetos e decisões no processo de aprendizagem. Mas, infelizmente a avaliação estar distante desse contexto do ambiente escolar e muitas vezes a verificação da aprendizagem visa apenas o repasse de conteúdo.

Como avaliar, por exemplo, um estudante com autismo, com déficit cognitivo, com transtornos globais, dislexia, dislalia, discalculia? Certamente, não podemos avaliar da mesma forma ou igualar a um estudante que não tenha nenhuma dificuldade, mas esbarramos na burocracia. É necessária uma nota, um conceito, um registro. Não que não seja importante, obviamente é, mas existem situações específicas onde essa avaliação deveria ser mais restrita as peculiaridades.

Sugerimos então uma avaliação por meio de relatórios, portfólios, observações, com alguns critérios que apontam cada especificidade, talvez um preenchimento de formulário relatando cada dificuldade. Mesmo porque precisamos evitar cobrança de resultados que possam estar além da capacidade dos estudantes. Mendez (2002), fala a respeito da ética na avaliação e uma promoção por conhecimento.

A preocupação com a acção ética da avaliação, mais do que com a sua objectividade, é a garantia de que esta estará ao serviço daqueles que aprendem: tanto do professor, que quer desenvolver o seu saber-fazer docente, como do aluno, que tem de assegurar uma aprendizagem que lhe abra as portas da inclusão e participação nos bens culturais e científicos (ÁLVAREZ MENDEZ, 2002, p. 71).

A avaliação não foi feita para reprovar o aluno, mas para compreender os avanços diários realizados pelos alunos. Numa avaliação que se analisa não apenas questões

curriculares, mas as competências e habilidades. Devemos ter o cuidado de avaliar com seriedade e responsabilidade. A avaliação muitas vezes para alunos do ensino regular tem sido um fardo com sequelas para o resto da vida e para os estudantes com deficiência não tem sido diferente.

Provas tidas como pesadelos, porque professor bom é aquele que reprova, ou o professor bonzinho você não precisa estudar porque já vai ter um bom resultado. A nota visa apenas resultados sem construção. Um aluno pode tirar uma nota 10 por saber escrever corretamente e fazer uma boa redação e ficar com nota baixa por não saber responder as questões sobre as quatro operações, o contrário também ocorre, o que aconteceu com a aprendizagem desse aluno? Vai para recuperação e o quadro não altera.

Simple de entender, o estudante não entendeu, não assimilou o conteúdo e o professor foi avançando e ele foi acumulando estoque de informações e dúvidas, isso é apenas um exemplo que acontece com a maioria dos alunos que tem uma avaliação classificatória.

O professor não tem como dar assistência a um aluno em particular, ele tem pressa em repassar o conteúdo, ele é cobrado por isso, precisa dar conta. E, quantos alunos ele tem por turma? Não há tempo de reciclagem, o tempo que sobra é para preencher diários. E se a metade da turma conseguiu entender é o que importa “tá de bom tamanho” ah e a outra metade? Temos como consequência a evasão, repetência, falta de interesse e os índices do IDEB nos responde esse modelo de avaliação. Temos ainda aquele esforçado que não aprendeu, mas fica tentando passar com trabalhos extras, um pontinho aqui outro pontinho ali, e no conselho de classe se pensa: como ele não falta merece ser aprovado. Assim como cita Mendes: “Temos de acabar com esta ideia de que a escola é um órgão de controle social e luta para que a sua função seja a promoção do conhecimento e daqueles que a frequentam”. (ÁLVAREZ MENDEZ, 2002, p. 71).

Se isso acontece com alunos do ensino regular o que podemos dizer com estudantes com algumas limitações, os especiais? Sem falar que há alunos especial só no estigma, aquele que dar “trabalho” ao professor, aquele que não tem limites, aquele que tem uma família desestruturada, aquele que não presta atenção ou não demonstrou interesse em aprender ou não realizou as atividades propostas. “Esse eu não aguento, vamos montar um relatório, esse é “doido”, preciso de um auxiliar porque senão quem vai ficar doente sou eu”. Essas são algumas das falas dos corredores que todos os professores já sabem, parece uma fala universal, só muda o endereço.

Há situações em que os estudantes sabem escrever um ótimo texto, mas pode ter problemas na dicção, ou precisa vencer a timidez. No caso da timidez é preciso uma avaliação escrita e atividades extras voltadas à motivação da fala, temos como um bom exemplo o teatro, a música, as apresentações. No caso das dificuldades com a dicção, deverá haver um encaminhamento ao fonoaudiólogo e o professor poderá trabalhar a pronúncia das palavras, dos padrões silábicos, apresentando uma consciência fonológica das palavras.

Uma observação que pode ser feita aos alunos que falam errado, pode estar baseado no fato do contexto social, do convívio social sem orientações, ou seja, as vezes acontece por exemplo, os pais que falam de forma errônea e conseqüentemente repassam isso para os seus filhos. Um caso simples desse é a criança com a “síndrome do cebolinha”, chamamos de dislalia que é uma dificuldade na fala, dificuldade em articular bem os fonemas, é necessário uma atenção do professor, o diálogo com a família também é muito importante, precisa de uma avaliação diferenciada a essa dificuldade e dependendo da situação, que seja feito um encaminhamos ao fonoaudiólogo.

Houve um caso que acompanhamos em que a criança trocava o L pelo R , um determinado estudante chegou na adolescência trocando fonemas, a pessoa falava da mesma forma da infância que não fora corrigido, em acompanhamento e na anamnese, analisamos a mãe e a vó, que criava o garoto, e foi observado que ela também trocava as palavras, era simplesmente uma linguagem pontual e a maneira de falar na própria família, eles não notavam as diferenças na fala, nos fonemas. E depois que a pessoa passou por um acompanhamento, ele tomou consciência da pronúncia correta, passou então a falar corretamente. Geralmente, as causas da dislalia são comuns no cotidiano escolar, geralmente pelo o uso da chupeta, do dedo, problemas com arcada dentária e seria necessário a prática de alguns exercícios, mas no caso supracitado, a família como todo um deveriam passar por tratamento. No caso exemplificado eles precisavam passar por uma intervenção psicopedagógica.

Outra situação é a pessoa ser estigmatizada como autista sem ser ou quaisquer outras patologias e transtornos que podem trazer várias conseqüências a criança. Pare para pensar: uma mãe sem marido, sem renda, sem esclarecimento, por má influência de vizinhos, diz que sua filha é autista. Simula, vai ao médico, corre atrás de um laudo, “ninguém vai saber mesmo, vou consegui benefícios e minha filha vai ter direito a uma acompanhante nas tarefas da escola” Isso é muito perigoso! Pode trazer sérias conseqüências na vida social e escolar.

O psicopedagogo sabe o como tudo isso é rotineiro, primeiramente a criança não é autista ela tem autismo. E, por outro lado, muitas crianças que precisam apenas de um apoio, de uma atenção, orientação, estímulo, um choque de realidade, uma manifestação de carinho, uma amizade, forma mais fáceis de explicar o assunto sem muitas voltas, uma facilitação para que haja o “estalo”. Seria o ombro amigo que o faça pensar que ele tem condições de aprender, muitas vezes dar certo. Assim como um “puxão de orelhas” aos pais trazendo-os a responsabilidade pelos avanços ou recuos na aprendizagem dos filhos.

Estamos num momento de construção de políticas pública em nosso município, temos uma minuta da proposta pedagógica que visa um olhar diferenciado às crianças e adolescentes com essas especificidades, precisamos de uma metodologia de inclusão, uma avaliação inclusiva, formativa e somativa em que o estudante tenha a possibilidade de desenvolver suas potencialidades através não apenas de provas orais e escritas, mas também com instrumentos coerentes a cada realidade.

Portanto, desta maneira, os erros no procedimento diagnóstico ou na inexistência de avaliação e a falta de um acompanhamento adequado, produzirá o caos. Essas questões vêm se perpetuando de uma série para outra de um ano para outro, com equívocos na avaliação, nos registros que não são precisos em relação ao processo de ensino e aprendizagem desses alunos.

Por isso, faz-se necessário a discussão acerca da avaliação do desempenho escolar tendo em vista a discrepância em nosso município que é alarmante e com isso sentimos a necessidade não apenas de uma reflexão, mas elevar os índices do IDEB, e alcançar a meta 4 com suas estratégias estudadas paulatinamente em Congresso do Plano Municipal de Educação.

O currículo de uma escola inclusiva não se restringe a adaptações feitas a estudantes com deficiências ou demais necessidades educacionais especiais. Antes disso, é importante adequar às dificuldades apresentadas no cotidiano e que as aprendizagens aconteçam. Esse é o fator essencial para se alcançar a educação de qualidade que ofereça uma igualdade nas oportunidades.

O atendimento a essa diversidade no ensino de educação especial deve ser passível de adaptações norteado pelo Plano Municipal de Educação além das legislações vigentes, diante da realidade de cada estabelecimento de ensino e com metodologias, objetivos específicos acessíveis a cada nível e etapa do conhecimento.

A grade curricular não pode ser tão restrita a ponto de não permitir novas experiências que trarão a possibilidade de incluir o estudante no mundo do trabalho e sim ministrado em salas do ensino regular com as mesmas possibilidades, entretanto, de maneira adaptada as necessidades especiais na linguagem apropriada com o apoio do profissional especializado como suporte ao professor.

A proposta de um currículo inclusivo deverá possibilitar um paradigma de responsabilidade e a concretização as aprendizagens do estudante que são fundamentais e devem ser direcionadas de forma a adequar as especificidades de cada estudante. Portanto, para isso, buscamos meios de pesquisas e cursos de extensão e aperfeiçoamento, formações dentre outros para produzir bons frutos e fazer com que nossos professores estejam prontos a exercerem suas práticas pedagógicas com êxito.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As discussões dos resultados são frutos de várias atividades que já foram desenvolvidas no primeiro semestre de 2019. Estamos iniciando uma coordenação com muitos desafios, temos o seguinte cenário: 126 estudantes com deficiência, dentre eles temos 16 com perda auditiva, 24 com autismo, 1 com baixa visão, 5 com síndrome de down, dentre outros que têm paralisia, TDAH, microcefalia, epilepsia, esquizofrenia etc.

Temos apenas 4 salas de recursos, trata-se de um município pobre que luta com muitas dificuldades em relação aos recursos humanos e financeiros, entretanto, estamos tentando fazer o melhor. Esse ano iniciamos com várias reuniões, levantamento de dados, construção de projetos e minuta de uma política específica de inclusão, reuniões com vários seguimentos: gestores, supervisores, coordenadores, professores do AEE, profissionais de apoio, enfim estamos unindo forças com outras instâncias e ampliando as parcerias, potencializando as ações.

Estamos participando e realizando formações continuadas, Revisitamos o Projeto Político Pedagógico, realizamos visitas sistemáticas nas escolas, reequipando e fazendo manutenções nas salas de recursos, estamos num processo transitório de atuação, com orientações ao atendimento educacional especializado, onde a escola já faz o agendamento juntamente com o professor AEE, no contra turno dos estudantes totalizando 2 horas semanais para cada um. Enfim, todas as sugestões e ideias do curso de extensão da Universidade

Federal de Pernambuco-UFPE a respeito da avaliação e todas as atividades desenvolvidas, também nos fez crescer com as sugestões e encorajamento. Estamos projetando no momento, um diário, específico para as salas de recursos para que tenham um documento oficial na escola e concluindo nossa política de atendimento.

No segundo semestre já notamos os frutos, as mudanças já são observadas no cotidiano todos os estudantes estão juntos e misturados, todos estão tendo as mesmas oportunidades na escola, queremos que a inclusão seja real em nossa cidade, o nosso maior desafio no momento, são as barreiras atitudinais e algumas ainda arquitetônicas. Infelizmente, há famílias que não têm interesse em levar o filho (a) no contra turno.

Para isso, estamos realizando Fóruns de conscientização e reuniões com a família e formação em serviço, principalmente aos professores que não estão inseguros com esse novo paradigma que traz uma perspectiva de inclusão em nossa cidade, os desafios são reais, dentre eles vem a situação financeira, porque para que tudo aconteça, é preciso recursos financeiros.

Precisamos de investimento na infraestrutura das escolas para suprir as barreiras arquitetônicas. Contamos apenas com dois ônibus que tem elevadores, mas não é suficiente para suprir as demandas, de 126 pessoas com deficiência, são 85 profissionais de apoio (estagiários) e 13 professores intérpretes que conseguimos contratar que trouxe um grande avanço em nossa cidade, mas ainda não alcançamos o ideal.

Temos muito que fazer, muito para investir, estamos redirecionando as salas de recursos, queremos produzir muito, estamos disponíveis a contribuir e somar forças e todos nós estamos empenhados a mudar o cenário caótico em caórdico suprimindo as necessidades anseios e expectativas dos munícipes. Nosso pensamento primordial está na pessoa que precisa aprender, nosso foco é o estudante, nossa meta é proporcionar mais transformações através das formações. Pretendemos implantar cursos de libras no município, a posteriori Braille de acordo com as necessidades que se apresentarem, montar novas salas de recursos e acompanhar de perto cada passo a ser seguido. Pois sabemos que não adianta fornecer uma inclusão em sala de aula, sem a inclusão de fato e de direitos da dignidade humana e sem o preparo devido do corpo docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo trouxe conhecimentos *sine qua non* a nossa prática pedagógica e é importante salientar que o estudante com deficiência tenham as mesmas oportunidades e necessidades especiais de atendimento tenha que se adequar a forma de aprender de cada um. O ritmo da aula é totalmente violento ao direito do ser humano em relação a garantia a educação. Por isso, o ritmo cognitivo, a situação didática, as dinâmicas das aulas e espaços de aprendizagens é que devem ser construídos numa perspectiva de inclusão observando as limitações sensoriais, intelectuais e motoras daquele que aprende.

Contudo, o curso de extensão UFPE, trouxe uma construção significativa a nossa prática pedagógica, hoje temos uma nova lente, um novo olhar e muita sede em querer pesquisar ainda mais sobre o universo das pessoas com deficiência. Temos muito para avançar e no momento estamos em busca de mais atualizações desses conhecimentos.

REFERÊNCIAS:

ÁLVAREZ MENDEZ, Juan Manuel. **A avaliação como atividade crítica do conhecimento**. ARTMED, 2002;

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDBEN nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

BLOG DO ED. **educação especial e inclusiva**: metodologia e adaptações curriculares. Disponível em: <<http://edmarciuscarvalho.blogspot.com/2011/03/educacao-especial-e-inclusiva.html>>. Acesso em: 23 de setembro de 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20. Ago. 2019.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 23 setembro 2019.